



Gestão & Gerenciamento

RIO INCLUSO E RESILIENTE: ANÁLISE DA PROMOÇÃO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA AVANÇO DA AGENDA 2030

*INCLUSIVE AND RESILIENT RIO: ANALYSIS OF SUSTAINABLE PROMOTION
IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO TO ADVANCE THE 2030 AGENDA*

Driely Dorna Castelo Branco

Pós-graduanda em Planejamento, Gestão e Controle de Obras Civas; Núcleo de Pesquisa em Planejamento e Gestão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;

drielydorna@gmail.com

Lais Amaral Alves

D.Sc.; Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/RJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil;

laalves@poli.ufrj.br

Resumo

A preocupação com o meio ambiente é tema recorrente em todas as reuniões mundiais, desde 1972 em assembléia da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo, na Suécia. Foi assim que em 2015, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, criou-se um plano global para que todas as comunidades globais pudessem se beneficiar, nomeado de Agenda 2030. Com base nesse plano, foi proposto o Rio Inclusivo e Sustentável, uma parceria entre o governo do estado do Rio de Janeiro através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos, representado pela ONU-HABITAT que prevê ações de sustentabilidade baseada em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional; envolvendo os 92 municípios do estado com ações que incluem o fortalecimento da resiliência urbana e climática, melhoria da capacidade de formulação de políticas públicas e capacitação das comunidades. O objetivo é analisar como as estratégias apresentadas pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos (UNDRR) serão propostas e direcionadas aos municípios participantes e como se dará início às práticas apresentadas, apesar da vulnerabilidade climática e os impactos recorrentes por todo o estado. Este programa irá ajudar as cidades a se prepararem para lidar com os desafios urbanos e climáticos, desenvolvendo estratégias e envolvendo a comunidade, com o objetivo de que os municípios alcancem um nível mais sustentável e resiliente.

Palavras-chaves: Cidades sustentáveis; Agenda 2030; resiliência urbana.

Abstract

Concern for the environment has been a recurring theme at all global meetings since 1972 at the United Nations Conference on the Human Environment in Stockholm, Sweden. In 2015, during the United Nations General Assembly, a global plan was created so that all global communities could benefit, named 2030 Agenda. Based on this plan, Inclusive and Sustainable Rio was proposed, a partnership between the government of the state of Rio de Janeiro through the State Secretariat for the Environment and Sustainability and the United Nations Office for Risk Reduction, represented by UN-HABITAT, which envisages sustainability actions based on four dimensions: social, environmental, economic and institutional; involving the state's 92 municipalities with actions that include strengthening urban and climate resilience, improving the capacity to formulate public policies and empowering communities. The aim is to analyze how the strategies presented by the United Nations Office for Risk Reduction (UNDRR) will be proposed and directed to the participating municipalities and how the practices presented will be initiated, despite climate vulnerability and the recurring impacts throughout the state. This program will help cities prepare to deal with urban and climate challenges by developing strategies and involving the community, with the aim of municipalities reaching a more sustainable and resilient level.

Key words: Sustainable cities; Agenda 2030; urban resilience.

1. Introdução

Na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, Suécia, em 1972, a ideia de desenvolvimento sustentável surgiu a partir de um conceito de ecodesenvolvimento, que de acordo com o Princípio 1 de Declaração de Estocolmo, o uso sustentável dos recursos naturais é quando se permite ter uma vida de qualidade, protegendo e melhorando o meio ambiente para as gerações futuras. A proposta menciona a necessidade de implementar ações em todos os âmbitos da sociedade humana, de maneira que a população e suas economias possam satisfazer as suas necessidades presentes, preservando sua biodiversidade, os ecossistemas naturais e a qualidade de vida das pessoas. Isso envolve

um enfoque integrado que visa minimizar impactos em todas as áreas envolvidas, de maneira sustentável (ONU, 2020).

Comumente referida como Cúpula da Terra, a ECO-92 foi uma conferência realizada pela ONU, para dar sequência ao debate sobre os problemas ambientais expostos na Declaração de Estocolmo, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Nesse encontro foi elaborada uma série de documentos que apresentavam propostas de ação para Estados, empresas e cidadãos. O intuito era promover o desenvolvimento econômico e social, minimizando os impactos negativos sobre o meio ambiente por meio de novas estratégias de atuação.

Um dos instrumentos mais importantes da ECO-92 foi a Agenda 21, que trata-se de um programa de ação com medidas para alcançar o desenvolvimento sustentável em diferentes escalas territoriais, do local ao global, e que a partir deles, os países pudessem elaborar e implementar suas próprias medidas ambientais, abrangendo o tripé da sustentabilidade: meio ambiente, social e econômico (ONU, 2020).

No ano de 2015, na cidade de Nova Iorque, EUA, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), integrada por 193 países-membros da ONU, com fundamento no documento da Agenda 21, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas globais interligadas. Essas diretrizes visam garantir que todas as nações trabalhem em harmonia, com o prazo de implementação até o ano de 2030, sendo assim denominada Agenda 2030 (ONU, 2020).

O Relatório de Desenvolvimento Humano, divulgado em 2024 pela Organização das Nações Unidas (ONU), revelou que a posição do Brasil em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), caiu mais duas posições, ficando em 89ª posição entre 193 países. Também foi avaliado que apesar do avanço do IDH pelo mundo, mais da metade dos países menos desenvolvidos não se recuperou do impacto da pandemia de Covid-19, que acentuou ainda mais as desigualdades, que como consequências limitam as tomadas de decisões, reduzem o potencial de inovação e aumentam a vulnerabilidade às mudanças climáticas e ameaças ecológicas (UNDP, 2023). Ademais, a desigualdade no Rio de Janeiro é acentuada, tomando-o estado mais desigual do Brasil, de acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2023).

Alinhado às preocupações globais com o desenvolvimento sustentável, principalmente em decorrência da crise global provocada pela pandemia do coronavírus, em 2021, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou a RIO 2030, um apelo mundial que visa comprometer a sociedade na aceleração da implementação da Agenda 2030 da ONU e na propagação de uma cultura de sustentabilidade (RIO 2030, 2021).

Com base nos ODS que no I Congresso Internacional de Resíduos Sólidos em Búzios, Rio de Janeiro, em 2023, foi assinado um novo acordo entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da sua Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), onde o Estado do Rio de Janeiro, se compromete em aprimorar as habilidades institucionais e a resiliência urbana e climática em seu território. A esse acordo se deu o nome de Rio Inclusivo e Sustentável.

Este artigo tem como objetivo apontar o processo que fez com que os representantes globais chegassem a conclusão da necessidade de intervir nas cidades e assentamentos mundiais, coletar os dados e apresentar as discussões que se fizeram pertinentes para que a

iniciativa Rio Inclusivo e Sustentável fosse importante; os programas envolvidos no Estado e suas cidades, a metodologia que o programa propõe, os personagens envolvidos e suas atuações e o que o programa busca como resultado.

2. Princípios de Resiliência Urbana

Nos últimos anos, grandes mudanças sociais impactaram de maneira significativa o modo de viver das pessoas, que tem feito com que mais da metade da população mundial (cerca de 68% segundo ONU-HABITAT) possa viver nas cidades até 2050 (ONU-HABITAT, 2022). Com um aumento populacional centralizado nas áreas urbanas, nos faz questionar se as cidades estão preparadas para esse cenário e suas consequências.

O termo "cidade resiliente" refere-se às cidades que são capazes de absorver, recuperar e se preparar para impactos futuros, sejam ambientais, sociais ou institucionais. As cidades resilientes buscam promover o crescimento sustentável, o bem-estar e a inclusão (OCDE, 2018), através de debates e ações práticas realizadas com todos os personagens desta cidade (representantes, população, instituições e empresas) para conscientizar sobre as necessidades do local, para evitar ou amenizar futuros problemas que possam interferir drasticamente na cidade.

Buscando contribuir com a Campanha Global ocorrido entre os anos de 2010 e 2015, o Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos e Desastres (UNDRR) publicou, em 2012, o documento intitulado “Como Construir Cidades Mais Resilientes - um guia para gestores públicos locais”, sua meta é de auxiliar as cidades e regiões participantes na construção de cidades mais resilientes. Neste guia, figura 1, a UNDRR aponta que a redução de riscos de desastres é parte do desenvolvimento sustentável que deve ser trabalhado sob os quatro aspectos de atuação de uma sociedade: político institucional, social, ambiental e econômico.

Figura 1 - Relação entre a resiliência e os quatro aspectos de atuação em uma sociedade.



Fonte: UNDRR, 2012, página 19.

A fim de garantir a implementação eficaz desse programa, a UNDRR elaborou 10 etapas fundamentais, apresentados na figura 2, que devem integrar um planejamento mais abrangente voltado à redução de riscos e desastres, impactando em como as cidades enquanto sociedade, governo e desenvolvimento urbano devam compreender, planejar e agir a partir do momento em que é tomada ciência desse passo a passo, com o objetivo final de mitigar os riscos de desastres.

Figura 2 - 10 princípios essenciais para construir cidades resilientes



Fonte: Adaptado de UNDRR, 2012, página 26.

3. Sobre a Agenda 2030

A Agenda 2030 é um documento emitido em reunião com líderes de Estado e representantes da sociedade civil, na sede da ONU em Nova York, EUA, em 2015, onde apresentou-se diretrizes de desenvolvimento sustentável global com prazo de implementação para o ano de 2030. Nesta declaração encontra-se um conjunto de objetivos e metas universais, que harmonizam com as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental; e devem ser integradas e indivisíveis, de longo prazo e centradas nas pessoas, com o compromisso de que “ninguém será deixado para trás” (ONU, 2020).

A Agenda foi produzida para ser aplicável em todos os países, considerando as realidades, políticas e prioridades nacionais, suas capacidades e níveis de desenvolvimento. A visão expressa nesses objetivos e metas tem como foco promover o bem-estar e a prosperidade global, sem a presença de fome, doenças e pobreza; o reconhecimento universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; e que cada país desfrute de um crescimento econômico estável, inclusivo e sustentável, além de garantir um trabalho decente para todos (ONU, 2020).

A nova agenda se baseia nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), encontrados na Declaração do Milênio das Nações Unidas, estabelecidos após a Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000 (ONU) que foi de suma importância para o desenvolvimento e o progresso significativo em diversas áreas por todo o globo, porém o progresso tem sido desigual, em países menos desenvolvidos, no continente africano e em pequenos Estados insulares, além de alguns dos ODM não terem sido aplicados de maneira eficaz ou realista. A nova Agenda busca completar os ODM não alcançados, em especial nas regiões mais vulneráveis do globo (ONU, 2020).

4. Prática dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Com base nas observações feitas ao redor do mundo e em um processo de negociações intergovernamentais inclusivo, os 17 ODS (figura 3) e metas são apresentados de maneira unificada e indivisível, com ações viáveis globalmente, levando em conta as variadas realidades, habilidades e fases de desenvolvimento nacional, respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são estabelecidas como aspiracionais e globais, tendo como base primordial a definição delas apresentadas por cada governo, orientadas pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias locais. Cada gestão também irá estabelecer a maneira como esses objetivos aspiracionais e globais devem ser incorporados aos processos, políticas e estratégias nacionais de planejamento. É crucial identificar a conexão entre o progresso sustentável e outros processos significativos em andamento nas esferas econômica, social e ambiental (ONU, 2020).

Figura 3 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável





Fonte: ONU, 2020.

Como alicerce desta investigação em tela, se projeta a partir do ODS número 11 que se torna o escopo da pretensão da Campanha Construindo Cidades Resilientes (MCR2030). O objetivo é “*tornar as cidades e os assentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*” até 2030 através de 7 passos essenciais que garantam o acesso à habitação segura, a sistemas de transporte sustentáveis, urbanização inclusiva e sustentável, a proteção ao patrimônio cultural e natural, mitigação as catástrofes naturais e suas consequências sociais

e econômicas, redução do impacto ambiental negativo e a promoção de espaços públicos seguros, detalhadamente apresentados na figura 4 (ONU, 2020).

Figura 4 - Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11

 <p>11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES</p>	<p>11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas</p>	<p>11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos</p>	<p>11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países</p>
<p>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</p>	<p>11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo</p>	<p>11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade</p>	 <p>THE GLOBAL GOALS</p>
<p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros</p>	<p>11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência</p>	<p>11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;</p>	<p>11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.</p>

Fonte: Adaptado da ONU, 2020.

5. Construindo Cidades Resilientes (MCR 2030)

A partir do êxito das cidades que participaram ativamente da Campanha Construindo Cidades Resilientes (MCR), com início em 2010 e finalizada em 2020, a ONU, em 2019, decidiu dar sequência a esse programa com a MCR2030, que tem como objetivo fomentar a resiliência local através da defesa política, da partilha de saberes e experiências e da criação de redes de aprendizado entre as cidades, ao mesmo tempo que estimula o aprimoramento das habilidades técnicas, a ligação entre diversos níveis governamentais e a formação de alianças estratégicas, através da coordenação de vários participantes com um período de vigência entre os anos de 2020 e 2030 (UNDRR, 2020).

Um dos êxitos conquistados no MCR foi o notável sucesso do Programa das Nações Unidas para a Redução de Desastres (UNDRR) em parceria com autoridades locais ao fomentar a resiliência em face de catástrofes urbanas, por meio das *advocacy*¹, compartilhamento de saberes e experiências entre cidades, formação de redes de aprendizado recíproco, articulação entre diversos níveis de governo e formação de parcerias, fez desta iniciativa um local onde as cidades podem obter orientação e suporte para aprimorar o entendimento sobre a redução de riscos e a construção de resiliência, aprimorar o planejamento estratégico para minimizar riscos e construir resiliência, e implementar ações e avançar ao implementar a lista dos 10 Princípios

¹ Prática ativa de cidadania caracterizada pela argumentação e defesa de causas e direitos, influenciando pessoas para criar mudanças.

para Construir Cidade Resilientes que consiste em orientações para os gestores públicos no planejamento de resiliência e na tomada de decisões (UNDRR, 2020).

Ao comparar-se com as cidades que não passaram por um processo de conscientização semelhante sobre o risco de desastres, as cidades que aderiram à Campanha iniciativa MCR tiveram um maior progresso. Após uma década do primeiro programa, observou-se uma maior demanda por mais orientação e treinamento em diversos campos técnicos, o que engloba a sensibilização e o planejamento estratégico, além da implementação eficiente de planos de desenvolvimento urbano orientados pelo risco.

Os apoiadores da campanha e as cidades pediram um programa de monitoramento que ultrapasse a *advocacy* e a sensibilização, auxiliando as cidades a avaliar seu nível de resiliência e impulsionando a elaboração de estratégias locais de redução de riscos de desastres (RRD). Isso está em consonância com a meta do Marco de Sendai de integrar a RRD na adaptação às alterações climáticas e ao desenvolvimento sustentável, aplicando a estratégia orientada pelo risco com o apoio de parceiros locais, regionais e internacionais (UNDRR, 2020).

A MCR2030, anunciada em 28 de Outubro de 2020 com validade de 10 anos, auxiliará as cidades na diminuição do perigo de desastres e na criação de resiliência urbana. As cidades globais estão cada vez mais vulneráveis a desastres, como a pandemia da COVID-19, e aos desafios das mudanças climáticas.

Implementar uma estratégia em um contexto limitado para a diminuição do risco já não mais se justifica, uma vez que esse modelo ignora a essência sistêmica do risco ou a responsabilidade conjunta entre provedores de serviços públicos e agências. Portanto, as agências de planejamento locais com representação multissetorial e diversificada das partes interessadas devem ser envolvidas. As metrópoles precisam elaborar estratégias que não apenas diminuam os perigos, mas também fomentem a construção de resiliência: capacitando sistemas, serviços e indivíduos para lidar com crises, choques e tensões e se recuperar da melhor maneira possível (UNDRR, 2020).

Os sócios co-criadores da iniciativa MCR2030, além do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (*the United Nations Office for Disaster Risk Reduction - UNDRR*) como secretariado, incluem alguns órgãos da ONU (ONU-HABITAT, ICLEI E UNOPS), Cidades e Governos Locais Unidos (*United Cities and Local Governments - UCLG*); *C40 Cities*; Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (*International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies - IFRC*); Agência de Cooperação Internacional do Japão (*Japan International Cooperation Agency - JICA*); *Resilient Cities Network (R-Cities)*; o Grupo Banco Mundial (*the World Bank Group*); e o Conselho Mundial em Dados da Cidade (*World Council on City Data - WCCD*) (UNDRR, 2020).

5.1 Objetivos Estratégicos

Os objetivos da MCR2030 consistem em três estratégias bases necessárias para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) e outras estruturas globais, tais como o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana, sejam postos em prática.

Os objetivos estratégicos consistem na ação em melhorar o entendimento das cidades enquanto comunidade, sobre o que é e como ocorrem os riscos de desastres e como compreender o sentido de resiliência diante das tragédias. A maneira que devem ser introduzida essa estratégia é aplicando o conceito de *advocacy*, melhorando a compreensão

dos riscos locais e sistêmicos e fornecendo informações baseadas em indícios e meios em como e porquê as cidades precisam trabalhar para que os desastres climáticos devem ser mitigados e assim aprimorar a resiliência urbana e sustentável; a partir do entendimento e compreensão da problemática dos riscos, o próximo objetivo estratégico tem como meta estimular a capacidade das cidades em desenvolver programas locais para o aumento da resiliência, através do aprimoramento da autoavaliação e diagnóstico das causas e efeitos e preparar os agentes e comunidade com treinamentos relevantes e ferramentas de planejamento estratégico que auxiliam na redução de desastres.

No entanto, nenhuma dessas ações conseguirão se realizar na maioria das cidades, se não houver um apoio amplo e sistêmico para a implementação desses planos locais, através de possibilidades de financiamento de apoio a redução de riscos de desastres (RRD), nos sistemas de adequação da cidade para os momentos de mudança climática e para elaboração de práticas de resiliência. É de grande importância que as autoridades locais estejam preparados para inserir a resiliência adotando uma abordagem sistêmica que busque usar soluções baseadas na natureza através de meios inovadores e que estejam capacitados para gerenciar equipes que possam bem planejar, projetar, construir e gerenciar todas as infraestruturas necessárias para promover a resiliência urbana (UNDRR, 2020).

Uma preocupação que o MCR2030 tem é em como atender as necessidades de cada cidade, a partir da compreensão do aumento do risco urbano, suas alterações e os impactos que isso se dará nas cidades e nos cidadãos. A partir deste ponto, o MCR2030 reconhece a importância de uma estratégia unificada e integrada para a redução de riscos, possibilitando que os líderes de cada cidade desenvolvam um planejamento baseado em uma série de ações e decisões fundamentadas no risco, com o objetivo de promover um desenvolvimento mais sustentável e resiliente, beneficiando principalmente os cidadãos.

Baseados nas lições aprendidas durante a implementação anterior a Campanha MCR de 2010-2020, a MCR2030 entende que a jornada para a resiliência é única em cada cidade, havendo a necessidade de um programa flexível o suficiente para permitir que elas iniciem sua jornada no ponto mais apropriado e acessem os serviços mais relevantes; que as sinergias de parceiros ajudam as cidades a obter maior resiliência, através de uma abordagem colaborativa, evitando a fragmentação do apoio; que as estratégias de RRD e resiliência sejam desenvolvidas em coerência com outras estruturas globais, incluindo as iniciativas de adaptação e mitigação da mudança climática conforme determinado pelo Acordo de Paris, trabalhando em sinergia com a Nova Agenda Urbana e contribuindo para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS); que a variação de diferentes ferramentas, parceiros e serviços que possam apoiar avaliações, planejamentos, fornecer informações técnicas especializadas, apoiar implementação e monitoramento, sejam facilitadas em diferentes etapas da jornada para a resiliência das cidades; que as cidades tenham a oportunidade de se conectarem com fluxos financeiros e ferramentas de financiamento inovadoras e o aumento da capacidade de acesso ao financiamento resiliente; que as cidades possam trocar os conhecimentos de suas jornadas de resiliência, contribuindo com o aprendizado e a troca de experiências através de um intercâmbio horizontal entre elas; que o fortalecimento dos vínculos entre os governos locais e nacionais desempenham um papel importante no suporte as cidades, bem como apoio orçamental e técnico, além de garantir a coerência entre as estratégias nos diferentes níveis governamentais; e que o estímulo ao envolvimento do setor privado com as práticas de resiliências, seja acionado para que tenhamos uma estrutura

robusta, prestação de serviços e capacidade humana sólidas necessárias a continuidade dos negócios.

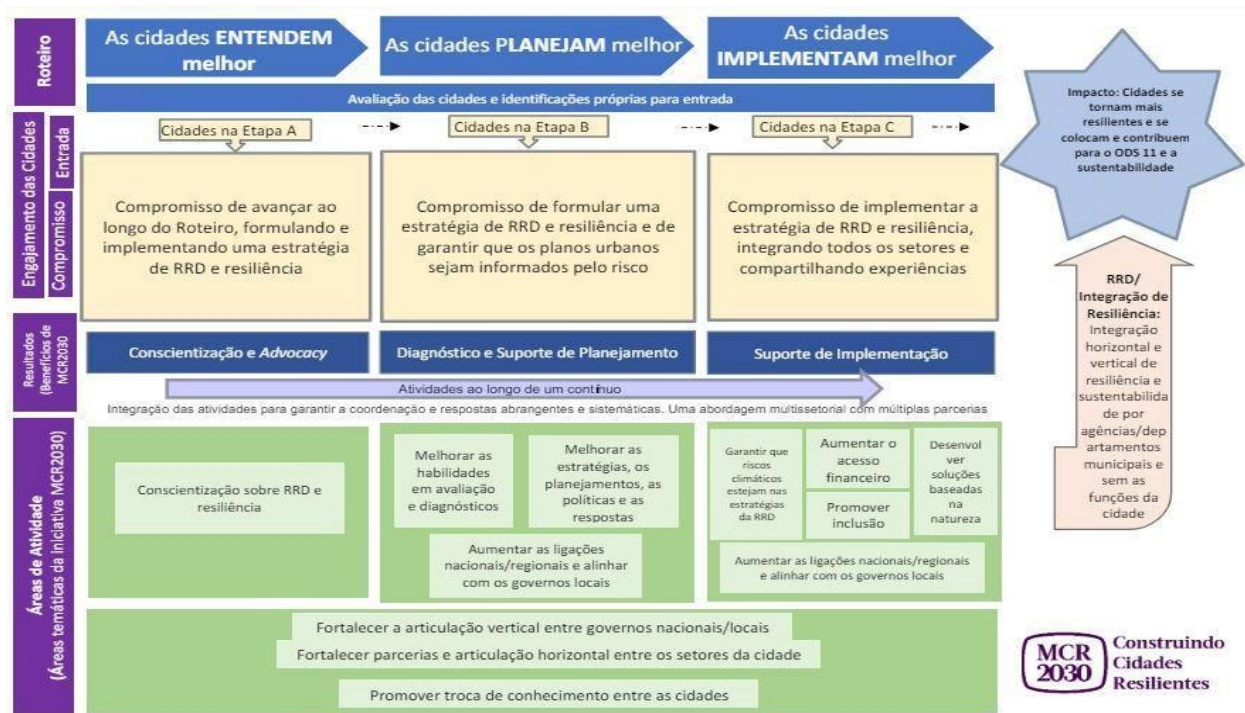
5.2 O roteiro para a Resiliência

Com base nas observações feitas anteriormente, desenvolveu-se uma estratégia programática para a iniciativa MCR2030, fundamentada em um "Roteiro para a Resiliência" (figura 5). Esse roteiro consiste em um processo de três fases que orienta as cidades sobre como aprimorar a resiliência ao longo dos anos. O plano para a resiliência é adaptável e interativo, permitindo que as cidades participem da Iniciativa.

Em qualquer fase do MCR2030, é possível acessar uma gama de ferramentas e consultoria técnica oferecidas por diversos parceiros. As cidades se comprometem a mostrar avanço durante o percurso para a resiliência.

O guia para a resiliência auxilia as cidades a compreenderem sua situação atual, saberem como agir para diminuir os riscos, aprimorar a resiliência e avançar ainda mais para assegurar que as cidades sejam seguras, resilientes e sustentáveis. Com o guia para a resiliência, as cidades podem aderir à Iniciativa MCR2030 a qualquer instante e ter acesso aos serviços essenciais para seu avanço (UNDRR, 2020).

Figura 5 - Etapas do roteiro para resiliência.



Fonte: UNDRR, 2020.

6. Preparação do Rio de Janeiro

Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 13 e 22 de junho. A Rio+20 ficou famosa por celebrar os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e por estabelecer a agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos vinte anos. A finalidade da Conferência foi reafirmar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, analisando o avanço e as falhas na

execução das decisões tomadas pelas cúpulas mais relevantes sobre o tema, além de abordar tópicos novos e emergentes. O encontro concentrou-se em dois temas centrais: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Como alternativa, a Conferência Rio+20 estabeleceu os fundamentos para um processo intergovernamental amplo e transparente, culminando no lançamento da Agenda 2030 em setembro de 2015 (RIO2030, 2022).

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), ficou estabelecido as diretrizes globais para a realização de um desenvolvimento urbano sustentável, reformulando a maneira de construir, administrar e habitar as cidades. Nesse cenário, o Plano de Desenvolvimento é essencial, configurando assim em 2016, a Nova Agenda Urbana (A/RES/71/256*).

O Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI), administrado pelo Instituto Rio Metrópole, inclui o Programa Metrópole Sustentável, que propõe 27 medidas para fortalecer o desenvolvimento sustentável da área metropolitana ao redor da Baía de Guanabara. No ano de 2019, a ONU estabeleceu a "Década de Ação" com o objetivo de intensificar a implementação global da Agenda 2030.

O Governo do Rio de Janeiro aderiu ao Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade de colocar em prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com início em 2020.

Em junho de 2021, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou internamente uma Comissão Executiva Especial para planejar ações, seminários, conferências e projetos em comemoração aos 30 anos da Rio 92 (Decreto no 47.649/2021). Em agosto do mesmo ano, por meio do Decreto no 47.727/2021, foi estabelecida a Autoridade do Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade principal de estruturar ações, pontos de referência e eventos que envolvam os diversos participantes da sociedade em relação aos 30 anos da Rio 92 e suas consequências.

No ano de 2021, o Rio de Janeiro estabeleceu a Comissão Estadual para Monitoramento dos Objetivos do Milênio, com o objetivo de promover a articulação, mobilização e diálogo entre entidades estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil organizada, além de incentivar a divulgação e transparência na execução da Agenda 2030, conforme estabelecido no Decreto no 47.828, de 11 de novembro de 2021. Portanto, levando em conta a necessidade urgente de implementar uma administração pública focada na cidadania e sustentabilidade, bem como a importância do envolvimento de todos os segmentos da sociedade na execução da Agenda 2030, no dia 24 de novembro de 2021, o Governo do Estado do Rio de Janeiro declarou o ano de 2022 como o Ano Internacional do Desenvolvimento Sustentável (Decreto no 47.843/2021). Este decreto estabelece a criação do Calendário Rio 2030, que engloba diversas ações de sensibilização e educação para a sustentabilidade, integrando a sociedade em uma plataforma global para a disseminação de conhecimento, tecnologias e ações (RIO 2030, 2022).

Em 2023, o Estado do Rio De Janeiro cria o programa Rio 2030 no âmbito da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (DECRETO Nº 48.532 de 02 de junho de 2023), onde designou-se um Comitê de Apoio para incentivar a implementação da Agenda 2030, impulsionando mudanças sustentáveis por meio do envolvimento da sociedade civil, setor privado e público, academia e entidades internacionais em prol de uma agenda comum para o desenvolvimento sustentável. Os membros deste Comitê foram formados por especialistas nos tópicos referentes ao desenvolvimento sustentável, sem remuneração e nomeados pelo

Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade. O roteiro é estabelecido a partir de 4 eixos estruturantes para o impulsionamento da implementação da Agenda 2030 no estado do Rio de Janeiro: Governança; Parcerias e Financiamento; Transparência e Informação; e Monitoramento e Avaliação (RIO 2030, 2022).

6.1 Iniciativa Construindo Cidades Resilientes - MCR 2030

A Secretaria de Estado de Defesa Civil (SEDEC-RJ), em parceria com o UNDRR, buscou expandir a interação com as cidades do Rio de Janeiro para trocar experiências e desenvolver instrumentos para reduzir o perigo de desastres. De acordo com as quatro prioridades de ação estabelecidas pelo Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, a Superintendência Operacional da Defesa Civil criou protocolos, serviços, treinamentos técnicos e sistemas online gratuitos para permitir que até mesmo municípios com orçamentos limitados possam ter um desempenho eficaz na diminuição do risco de desastres (SEDEC-RJ, 2021).

A contribuição dos municípios inicia-se com a determinação do município em executar os dez passos essenciais para a construção de uma cidade resiliente. Apesar de a participação não implicar um compromisso financeiro com a ONU, a execução de algumas medidas acarreta um custo que nem todas as administrações municipais conseguem arcar no cenário econômico atual. Daí a relevância da Defesa Civil como um facilitador, dentro de sua função no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), para apoiar o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) na implementação das ações da campanha das Nações Unidas e, consequentemente, habilitar a cidade a se tornar uma cidade resiliente (SEDEC-RJ, 2021).

Conforme dados de outubro de 2021, a campanha conta com 26 novos municípios que formalizaram a adesão na nova versão de Cidades Resilientes, além dos 46 municípios participantes da campanha anterior (MCR) e do próprio Estado, totalizando 72 municípios. A meta é que todos os 92 municípios participem e, com o auxílio técnico e operacional da SEDEC-RJ, consigam cumprir os dez pilares fundamentais para a edificação de cidades resilientes, garantindo não só a Certificação das Nações Unidas, mas também uma preparação e resposta eficazes para evitar ou minimizar a perda de vidas em desastres. Embora a defesa civil estadual tenha realizado reuniões presenciais ou virtuais e visitas às administrações municipais, observou-se uma evidente resistência dos governos locais ao progresso. Os participantes da campanha, erroneamente, temem que a participação resulte em algum tipo de responsabilidade financeira com a ONU. No entanto, não há custo para se engajar na campanha, nem a formação de qualquer tipo de dívida com os órgãos estaduais, federais ou internacionais envolvidos (SEDEC-RJ, 2021).

Com esse primeiro contato a equipe da Defesa Civil responsável pela campanha elaborou três metas para 2022: alcançar os municípios que ainda não realizaram a adesão através de ciclos de encontros em cada região para transmissão da importância de cada ação, disponibilizando as condições necessárias para a operacionalização; orientar os coordenadores municipais que já realizaram a adesão ao desenvolvimento das atividades da MCR2030, com a atualização do perfil da cidade na plataforma digital da ONU, a participação nas atividades e cursos oferecidos pela plataforma, criação de um decreto municipal com a comissão para a cidade resiliente e formulação de planos de ação locais de resiliência; e divulgar as atividades e projetos de sucesso dos municípios, tanto na plataforma digital da campanha como no site da SEDEC RJ (SEDEC-RJ, 2021).

7 Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de todo um trabalho de anos pela ONU e seus parceiros na busca pela sustentabilidade social, ambiental e econômica em todo planeta. Apesar de algumas correntes acadêmicas, como de Botelho (2020), destacarem que o planejamento urbano estratégico evidencia a falsa sensação de que o Estado conseguirá resolver os problemas sociais frutos da economia capitalista, e dos discursos entregues pela ONU e seus cooperadores apresentarem-se rasos, generalistas e que não demonstram as possíveis consequências negativas e incertas, principalmente aos países não desenvolvidos e em desenvolvimento, a proposta é apresentada como meio em tentar resolver ou amenizar as mazelas do globo, e a união governamental em todas as instâncias de uma sociedade se apresentou como ação indispensável para que qualquer atuação fosse realizada. Encontrar meios para amenizar os riscos de desastres depende de ações em conjunto com toda a sociedade para que o trabalho de todos os atores aconteçam de maneira sincronizada e ordenada, por isso a resiliência nas cidades acontecem com o processo de entendimento das possíveis ocorrências, suas consequências e os processos necessários para reverter ou amenizar os danos. Transformar uma cidade em uma cidade resiliente, é um trabalho realizado por etapas através de campanhas de conscientização e ação e as iniciativas funcionam como um norte para o desenvolvimento das políticas públicas.

Por outro lado, a resiliência urbana não é uma concepção estática, nem um processo finito, por isso os sistemas de medidas e análises destes programas deverão ser acompanhados apresentando suas implementações e a maneira como estão sendo aplicados, e a partir daí verificar quais resultados alcançados e quais necessitam de novas abordagens para que toda a sociedade tenha consciência de seus esforços para a mitigação dos problemas de forma cíclica.

Contudo, os relatórios de 2021 apresentados na Câmara dos Deputados indicaram retrocessos na maior parte das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU, o que demonstra pouca e até nenhuma conscientização, e como consequência a baixa mobilização por parte dos atores participantes, principalmente os representantes municipais. É então esperado que o MCR 2030 seja uma das iniciativas mais importantes na busca dessa resiliência urbana e na participação das cidades do Estado do Rio de Janeiro como uma renovação na perscrutação da sustentabilidade e do bem comum. Ainda há uma longa jornada pela frente até que uma análise completa e real possa ser realizada em 2031, mas o interesse de 80% das cidades do Estado em participar da iniciativa nos traz a expectativa de que as necessidades das cidades para evitar os riscos de desastres ambientais através da resiliência sejam atendidas.

Referências

BOTELHO, M.L. **A ilusão do planejamento urbano numa era de crise. Notas sobre o planejamento estratégico.** In: SARTÓRIO, L.V.; MIRANDA, J. R.; SCHUELER, A.; SOARES, A. D. (Orgs). Políticas públicas e práticas sociais: cidadania, saúde, educação, comunicação e segurança alimentar. São Paulo: Livraria da Física, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU.** Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> Acesso em: 14 set. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Favelas e comunidades urbanas. Notas metodológicas 01. sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas ou comunidades urbanas.** Rio de Janeiro, 2024. 79p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf> Acesso em: 16 fev. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). **Nova Agenda Urbana.** Quito, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Conferências. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.** Estocolmo 1972. Nova Iorque, 30 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>. Acesso em 27 jul. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Conferências. **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, 1992. Nova Iorque, 05 de Agosto 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em 27 jul. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. **Como Construir Cidades Mais Resilientes. Um Guia para Gestores Públicos Locais.** Genebra, 2012. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. **Construindo Cidades Resilientes 2030.** Genebra, 2020. Disponível em: <https://mcr2030.undrr.org/who-we-are#goals>. Acesso em: 24 mai. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando o Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Publicada em 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em 22 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Publicada em 17 de outubro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 22 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e o meio ambiente.** Publicado em 16 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 22 jun. 2024.

NERI, Marcelo (coord.). **Mapa da riqueza no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Social, 2023. Disponível em: https://cps.fgv.br/riqueza?utm_source=portal-fgv&utm_medium=fgvnoticias&utm_id=fgvnoticias-2023-02-14. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Uma Abordagem Territorial para a Ação Climática e Resiliência. Estudos de Desenvolvimento Regional da OCDE.** Paris, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/1ec42b0a-en>. Acesso em: 13 de mar. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual, nº 47.649 de 15 de junho de 2021.** Institui-se comissão executiva especial para planejar ações, seminários, conferências e projetos para serem realizados entre os dias 3 e 14 de Junho de 2022, em razão dos 30 anos da primeira conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada no estado do Rio de Janeiro no ano de 1992. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: parte I, Rio de Janeiro, ano XLVII n. 113 p. 3, 16 de jun. de 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual, nº 47.727 de 16 de agosto de 2021.** Institui a autoridade do desenvolvimento sustentável encarregada das comemorações da conferência Rio+30 e do bicentenário da independência do Brasil, sem aumento de despesa. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: parte I, Rio de Janeiro, ano XLVII n. 157 p. 1, 17 de ago. de 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual, nº 47.828 de 11 de novembro de 2021.** Cria sem aumento de despesa, a comissão estadual para o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: parte I, Rio de Janeiro, ano XLVII n. 214 p. 3, 12 de nov. de 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual, nº 48.532 de 02 de junho de 2023.** Cria o programa Rio2030 no âmbito da secretaria de estado de ambiente e sustentabilidade, sem aumento de despesas. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: parte I, Rio de Janeiro, ano XLIX n. 102 p. 1, 05 de jun. de 2023.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. Instituto Estadual do Ambiente. **Plataforma Rio2030.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.rio2030.org/saiba-mais>. Acesso em: 24 abr. 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Defesa Civil. **Iniciativa construindo cidades resilientes - MCR 2030.** Publicado em 28 out. 2021. Disponível em: <https://defesacivil.rj.gov.br/index.php/c-cidades-resilientes>. Acesso em: 24 abr. 2024.

UNDP. United Nations Development Programme. **Human Development Report 2023/2024. Breakinf the gridlock: reumaging cooperation in a polarized world.** Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>. Acesso em: 13 de mar. 2024.

UNITED NATIONS. United Nations Human Settlements Programme. **World Cities Report 2022. Envisaging the Future of Cities.** Nairóbi, 2022. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.